



# Os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Ensino de História e Geografia

Prezado estudante,

Estamos começando uma unidade desta disciplina. Os textos que a compõem foram organizados com cuidado e atenção, para que você tenha contato com um conteúdo completo e atualizado tanto quanto possível. Leia com dedicação, realize as atividades e tire suas dúvidas com os tutores. Dessa forma, você, com certeza, alcançará os objetivos propostos para essa disciplina.

## Objetivo Geral

Discutir a constituição dos saberes históricos e geográficos em saberes disciplinares.

## Objetivos Específicos

- Entender as trajetórias da História e da Geografia enquanto disciplinas escolares no Brasil;
- Discutir os parâmetros curriculares nacionais, e as competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para ambas as disciplinas.

## Questões Contextuais

- Como História e Geografia se configuraram como disciplinas na educação brasileira?
- Quais as transformações que estas disciplinas tiveram ao longo do tempo?
- Como elas se renovaram para atender novas demandas?
- Quais as perspectivas para o ensino destas disciplinas diante das novas diretrizes educacionais?

## 2.1 O Ensino de História e Geografia no Brasil

Prezado aluno, ao longo da última Unidade analisamos alguns conceitos importantes da História e da Geografia. Durante nossa viagem com Alice, percebemos o quanto os conhecimentos das duas áreas se interligam para compreendermos o mundo e a vida em sociedade. Nesta Unidade, iniciaremos o estudo com a contextualização do ensino de Geografia e História no Brasil, observando como essas duas disciplinas se instituíram nas escolas e se transformaram ao longo do tempo. Depois, vamos identificar as perspectivas futuras diante das novas diretrizes educacionais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Como será que as disciplinas de História e Geografia foram vistas em outras épocas e se renovaram para atender novas demandas?

Vamos começar fazendo um exercício de memória. Procure pensar sobre como eram as suas aulas de História e Geografia ao longo do Ensino Fundamental e Médio. Tente lembrar de algumas das atividades realizadas, das dinâmicas das aulas, das avaliações e saídas de campo. Como eram as metodologias utilizadas? Elas buscavam a “transmissão” ou construção de conhecimento? Elas valorizavam a memorização de datas, personagens, nomes de cidades e estados? Ou promoviam a reflexão crítica a respeito dos conteúdos e da sociedade? Havia uma relação entre as duas disciplinas ou elas ocorriam de forma independente uma da outra? Os professores realizavam atividades interdisciplinares? O que você - enquanto professor(a) - mudaria nessas aulas? Registre por escrito as suas reflexões:

Ao longo do tempo, de maneira geral, o ensino de História e Geografia sempre foi considerado de grande relevância. As Ciências Humanas possuem um caráter estratégico para se pensar nossas relações uns com os outros, dar significado aos símbolos e convenções que orientam nossa vida enquanto cidadãos, conhecer nossa comunidade e compreender os usos do espaço que ocupamos. Por outro lado, essas disciplinas também podem ser usadas pelos Estados para a construção de identidades e promoção de ideologias e nacionalismos.

O ensino de História e Geografia passou por grandes transformações em sua essência desde sua implementação nas escolas brasileiras. Ao longo da evolução da educação brasileira, não é raro lembrarmos de situações em que o ensino das disciplinas de Ciências Humanas ficou, em grande parte, restrito à memorização. Na Geografia, a preocupação era com os nomes dos lugares, suas capitais, nomes de rios e dados populacionais, por exemplo. Enquanto que nas aulas de História os alunos deveriam saber de cor as datas dos “principais acontecimentos”, bem como os nomes dos “grandes personagens”.

Para o surgimento do ensino de História e Geografia no Brasil, a fundação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro em 1837, é considerada um marco importante. Nele, as disciplinas já eram ministradas de forma separada desde sua fundação, como podemos perceber no decreto de 2 de dezembro de 1837, que transformou o então Seminário de São Joaquim em colégio de instrução secundária, com denominação de *Collegio de Pedro II*:

*Art.3º - Neste collegio serão ensinadas as linguas latina, grega, franceza e ingleza; rhetorica e os principios elementares de geographia, historia, philosophia, zoologia, meneralogia, botanica, chimica, physica, arithmetica, algebra, geometria e astronomia.* (BRASIL, 1837, p. 60).

Figura 2.1 – Colégio Dom Pedro II no Rio de Janeiro.



Fonte: Wikimedia Commons (2019).

Para Cavazzani e Cunha (2017), até o final do século XIX, o ensino de História, além de ser destinado às grandes elites nacionais, tinha como objetivo um traçado linear dos acontecimentos, apoiando-se no modelo positivista. O século XIX configura o auge da escola metódica e do historicismo, correntes historiográficas tradicionais que defendiam a busca pela verdade “como ela aconteceu” e a descrição “objetiva” dos fatos, ao invés da interpretação crítica da documentação. Nesse contexto, o ensino de História se baseava na metodologia de memorização de nomes de “grandes personagens da História” e datas de acontecimentos. Também era dada ênfase aos chamados “heróis nacionais”, embora a História do Brasil fosse apresentada de maneira separada dos fenômenos a nível mundial.

A divisão entre a História nacional e mundial (ou História do Brasil e História Geral), ainda é utilizada em sala de aula nos dias de hoje. Embora tenha caráter didático, é necessário que o professor convide os alunos para a reflexão crítica dessa divisão, assim evitando sugerir a ideia de que os eventos externos têm pouca relação com a realidade brasileira.

Na Reforma Educacional, realizada por Benjamin Constant, em 1891, logo após a Proclamação da República, Geografia e História aparecem lado a lado, porém divididas entre um ensino focado no Brasil e outro focado nos acontecimentos mundiais. O ensino da ciência geográfica, naquele momento, era marcado pela memorização de características físicas e dados populacionais. (ARAÚJO, 2012)



### REFLETINDO

Como você percebe essa separação entre os estudos do Brasil e os estudos mundiais? De que forma você identifica que os eventos globais estão relacionais como o que ocorre no nosso país? Registre suas observações e reflexões.

## 2.2 História e Geografia: Conhecimento em Movimento

Com o passar do tempo, a sociedade vai ganhando novas características, surgem novas demandas governamentais e a população começa a crescer. As três primeiras décadas do século XX no Brasil são marcadas pela chamada “política do café com leite”, onde a presidência era ocupada ora por um representante de São Paulo (maior produtor de café), ora de Minas Gerais (estado conhecido até então pela produção de leite).

Em 1930, Getúlio Vargas assume a presidência em um evento conhecido como “Revolução de 1930”, (ou “Golpe de 1930”), movimento armado através do qual a sucessão presidencial foi interrompida. O presidente Washington Luís, que estava em final de mandato, foi derrubado e o candidato eleito Júlio Prestes impedido de assumir o governo. As mudanças no cenário político impactaram também nas decisões em relação à educação, o que incluiu a criação do Ministério da Educação em 1930.

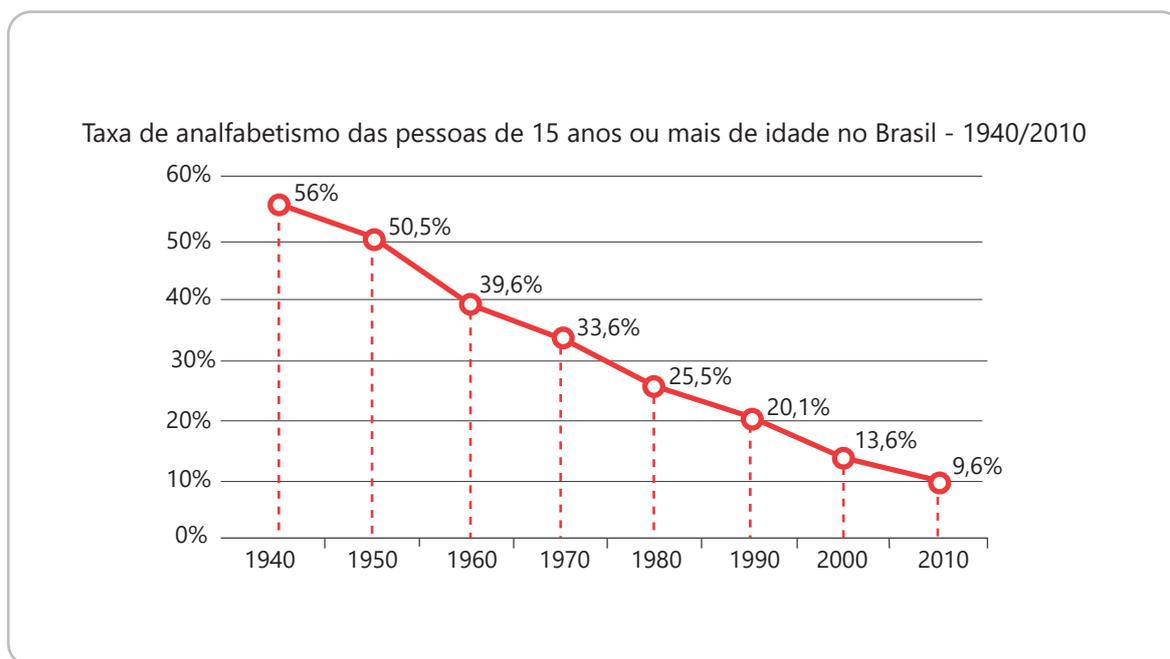
Em 1932, iniciam-se movimentos de educadores pelo país defendendo a universalização do ensino, além de uma educação laica e onde meninos e meninas possam compartilhar a mesma sala de aula. Em 1941, ocorre a **Reforma Capanema**, ampliando a participação do governo na educação. Na divisão por ciclos, no qual o

primeiro conta com quatro séries e o segundo com três séries, História e Geografia ganham grande importância, configurando como **disciplinas obrigatórias** em todas as séries da educação brasileira.

A reforma proposta pelo então ministro Gustavo Capanema também é responsável por, aos poucos, inserir as mulheres no contexto escolar. Entretanto, a participação feminina na sociedade ainda é vista de forma muito diferente da masculina. Em um Ensino Médio voltado apenas para as meninas, as disciplinas incluem conhecimentos como higiene, preparo de alimentos e normas para “receber bem”. (SCHUMACHER, 2003)

Nesse contexto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou um Censo Demográfico o qual identificou que 56% dos brasileiros com mais de 15 anos de idade não sabiam ler nem escrever. (BRASIL, 1950) O gráfico a seguir apresenta os dados de analfabetismo no Brasil, conforme os recenseamentos do IBGE, entre 1940 e 2010. Apesar da diminuição gradativa, a preocupação com este problema sempre esteve nas pautas educacionais.

Figura 2.2 – Taxas de analfabetismo histórico no Brasil (1940 – 2010).



Fonte: Adaptado de G1 - Globo (2019).

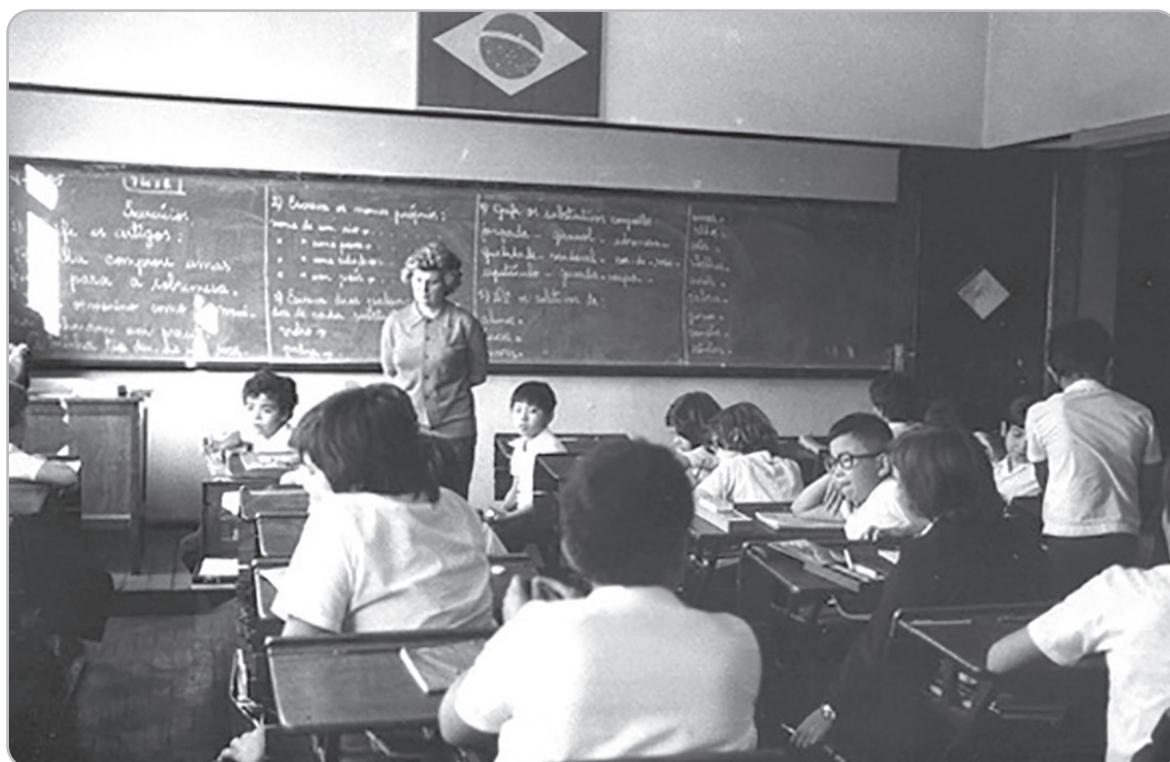
As disciplinas de História e Geografia, por meio de seus conceitos e conhecimentos, possibilitam uma leitura crítica da realidade na qual estamos inseridos. Freire (2013) destaca a relevância desta compreensão e afirma que precisamos saber o que dizem os jornais e os livros, mas também precisamos estar atentos às palavras do rádio, da mídia e da fala do povo nas ruas.

O período da Era Vargas também foi marcado pelo início das discussões acerca do livro didático. Em um regime político de caráter ditatorial, recomendava-se que os livros não possuíssem conteúdos contrários à política do país e às tradições nacionais, ou que sugerissem pessimismo em relação ao destino da “raça brasileira”. (CAVAZZANI; CUNHA, 2017).

A partir de 1964, com o golpe militar, as disciplinas da área de Ciências Humanas sofreram forte intervenção. O ensino de História e de Geografia perderam espaço nas escolas brasileiras. Neste período, temos a implementação das disciplinas de Estudos Sociais e Organização Social e Política do Brasil (OSPB). Tais matérias trabalhavam conteúdos relacionados a História e Geografia “oficiais”, sem viés crítico, que enfatizavam as instituições políticas do país, o patriotismo, os símbolos nacionais e os mitos fundadores da Nação.

Em outubro de 1966, o então presidente Castelo Branco assina o decreto que cria a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED). Entre as bases que estruturam esse decreto, consta que “deve o Estado manter-se numa atitude ao mesmo tempo atuante e vigilante, cabendo-lhe participar diretamente, quando necessário, da produção e distribuição de livros dessa natureza”. (BRASIL, 1966, n.p)

Figura 2.3 – Exemplo de sala de aula nas escolas brasileiras durante a ditadura militar.



Fonte: Acervo Estadão (2019).

A ditadura militar perdurou até o ano de 1985 e, a partir deste momento, a educação brasileira passou por um período de reorganização até o lançamento de uma **Lei de Diretrizes e Bases (LDB)** em 20 de dezembro de 1996. A LDB assegurou a educação como direito básico do cidadão e rompeu com os ideais autoritários do regime militar, prevendo uma gestão democrática do ensino público.

Em seu artigo 26, a LDB prevê a formação de uma base nacional comum que leve em conta as características culturais de cada sociedade. Neste mesmo artigo, a lei afirma que “o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”. (BRASIL, 1996, n.p).

Complementada em 2017, a Lei de Diretrizes e Bases organiza as disciplinas em quatro grandes áreas do conhecimento: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; e Ciências Humanas e sociais aplicadas. História e Geografia compreendem esta última área, juntamente com Sociologia e Filosofia no curso do Ensino Médio.

Com a LDB, os conhecimentos históricos e geográficos ganham nova relevância nas salas de aula, constituindo cerca de dois períodos semanais, variando conforme o tempo e a organização de cada escola, a partir do sexto ano do Ensino Fundamental até o terceiro ano do Ensino Médio.



#### SAIBA MAIS

A **Lei de Diretrizes e Bases** é uma das principais referências na educação básica nacional. Através do código ao lado você pode acessar todo o texto da lei e ficar por dentro de seu conteúdo. O link está aqui: <http://gg.gg/g9x67>.

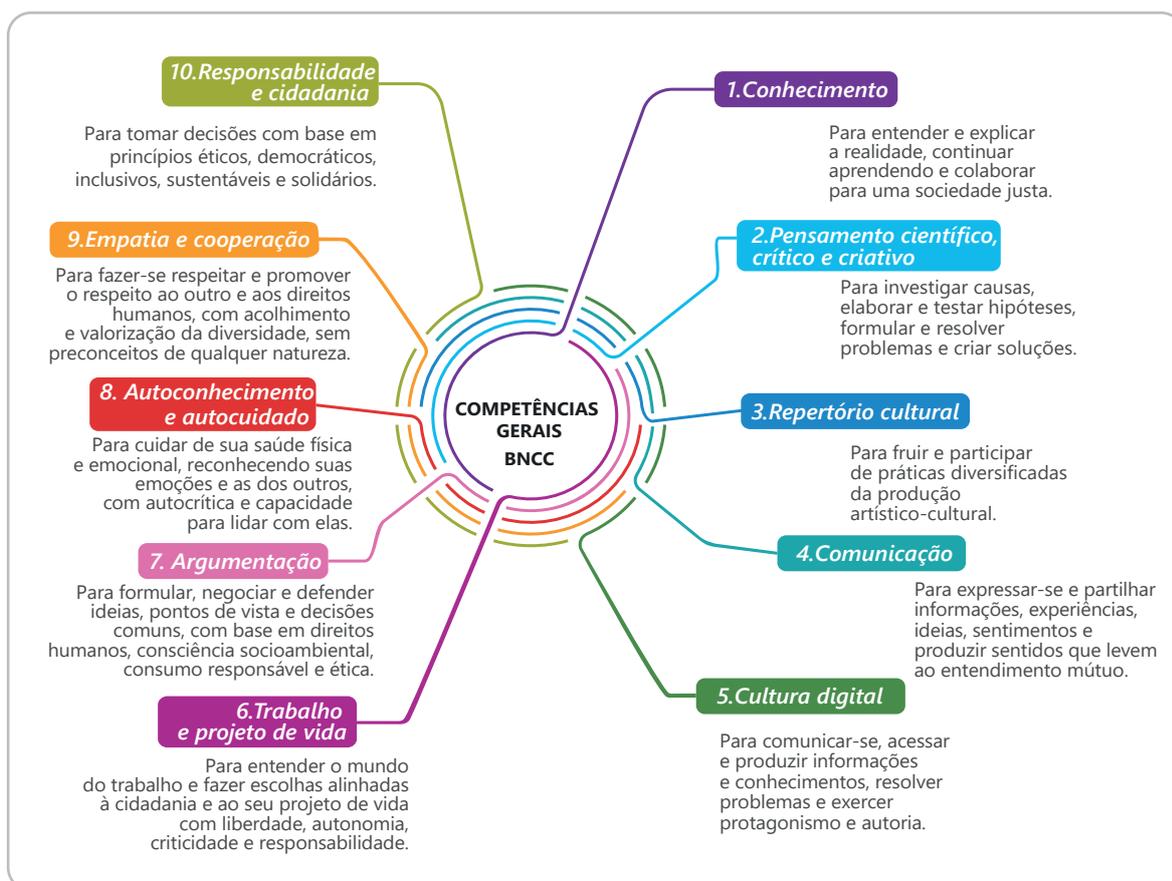


## 2.3 Perspectivas para o Ensino de História e Geografia

Entre os anos de 2017 e 2018, foi homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento normativo que busca definir o conjunto de aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, em cada área do conhecimento.

De acordo com o documento, a BNCC orienta-se “pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”. (BRASIL, 2018, p. 7) Entre as características fundamentais da base está a inclusão do Ensino Religioso como uma quinta área do conhecimento e as dez **competências** gerais (figura a seguir) que são transversais a estas cinco grandes áreas.

Figura 2.4 – Competências gerais da BNCC.



Fonte: Adaptado por Universidade La Salle (2019) com base em BNCC (2018, p. 8).



## GLOSSÁRIO

Por **competência**, a BNCC traz a ideia de que ela seja a “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”. (BRASIL, 2018, p. 8).

O texto e os conhecimentos previstos na BNCC são resultados de uma construção coletiva aberta pelo Ministério da Educação em 2015 e que, aos poucos, foi se estendendo a vários setores da sociedade com ênfase nas escolas, devendo ser implantada nas instituições a partir de 2020. Em relação à História e Geografia, ela visa romper com a herança do ensino linear baseado na memorização.

Embora o tempo, o espaço e o movimento sejam categorias básicas na área de Ciências Humanas, não se pode deixar de valorizar também a crítica sistemática à ação humana, às relações sociais e de poder e, especialmente, à produção de conhecimentos e saberes, frutos de diferentes circunstâncias históricas e espaços geográficos. O ensino de Geografia e História, ao estimular os alunos a desenvolver uma melhor compreensão do mundo, não só favorece o desenvolvimento autônomo de cada indivíduo, como também os torna aptos a uma intervenção mais responsável no mundo em que vivem. (BRASIL, 2018, p. 353-354).



## SAIBA MAIS

Use o código ao lado para acessar o documento completo da **Base Nacional Comum Curricular**. Lá você encontra em detalhes todas as áreas de conhecimento e competências. O link está aqui: <http://gg.gg/fr5hi>.



A Geografia na BNCC é caracterizada como um componente curricular que “aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta”. (BRASIL, 2018, p. 359). Há um foco na representação de um mundo em transformação e de cidadãos conscientes. Os conceitos norteadores da Geografia, vistos na primeira Unidade, estruturam os conhecimentos a serem construídos pelos alunos do Ensino Fundamental e Médio. A disciplina se divide em cinco unidades temáticas (quadro a seguir), representando uma progressão das habilidades desenvolvidas.

Quadro 2.1 – Unidades temáticas da disciplina de Geografia.

| UNIDADE TEMÁTICA                                     | DESCRIÇÃO  |
|--|--|
| <i>O sujeito e seu lugar no mundo</i>                | Noções de pertencimento e identidade, bem como relação da sua identidade com a do outro. |
| <i>Conexões e escalas</i>                            | Articulação entre diferentes espaços e escalas.  |
| <i>Mundo do trabalho</i>                             | Envolve a técnica, construção e produção pelas sociedades.                               |
| <i>Formas de representação e pensamento espacial</i> | Leitura e interpretação de mapas, gráficos, tabelas, imagens de satélite etc.            |
| <i>Natureza, ambientes e qualidade de vida</i>       | Articulação entre a geografia física (natureza) e a geografia humana (sociedade).        |

Fonte: Adaptado de Brasil (2018, p. 361).

Apesar de se configurar como disciplina apenas a partir do sexto ano do Ensino Fundamental, a BNCC deixa claro que os conhecimentos geográficos já se desenvolvem a partir dos **anos iniciais** na atribuição de sentido aos fenômenos do dia a dia da criança, dos grupos sociais e desta relação da sociedade com a natureza. Nessa fase se desenvolve a noção de localização, distribuição e identificação de características que permitem às crianças estabelecer relações entre objetos no espaço. Trabalhos de campo podem ser realizados no bairro ou até mesmo no pátio da escola para analisar o cotidiano da comunidade, as transformações na paisagem e a localização de objetos em relação a outros.

A História na BNCC surge como uma “correlação de forças, de enfrentamentos e da batalha para a produção de sentidos e significados, que são constantemente reinterpretados por diferentes grupos sociais e suas demandas – o que, conseqüentemente, suscita outras questões e discussões”. (BRASIL, 2018, p. 397) Para esta atribuição de sentidos e significados aos fenômenos sociais, deve-se considerar diferentes fontes de conhecimento. Destaca-se a utilização de objetos materiais que, ao serem visualizados pelos alunos, estimulam a criatividade e a compreensão do conhecimento.

O conceito de tempo histórico é um dos fatores condicionantes na construção do saber histórico em sala de aula, verificando seus ritmos e durações. Junto a este tempo, somam-se a análise de diferentes documentos e das linguagens utilizadas pelas sociedades para registrar seus acontecimentos.

Assim como a Geografia, a disciplina de História também se organiza a partir de unidades temáticas, sendo elas diferentes nos anos iniciais e nos anos finais do Ensino Fundamental, conforme os quadros a seguir:

Quadro 2.2 – Unidades temáticas da disciplina de História.

| ANO    | UNIDADES TEMÁTICAS   |
|--------|--|
| 1º ano | Mundo pessoal: meu lugar no mundo                                |
|        | Mundo pessoal: eu, meu grupo social e meu tempo                  |
| 2º ano | A comunidade e seus registros                                    |
|        | As formas de registrar as experiências da comunidade             |
|        | O trabalho e a sustentabilidade na comunidade                    |
| 3º ano | As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município        |
|        | O lugar em que vive  |
|        | A noção de espaço público e privado                              |
| 4º ano | Transformações e permanências nas trajetórias dos grupos humanos |
|        | Circulação de pessoas, produtos e culturas                       |
|        | As questões históricas relativas às migrações                    |
| 5º ano | Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social          |
|        | Registros da história: linguagens e culturas                     |

Fonte: Adaptado de Brasil (2018, p. 401).

Quadro 2.3 – Unidades temáticas da disciplina de História nos anos finais.

| ANO    | UNIDADES TEMÁTICAS  |
|--------|---|
| 6º ano | História: tempo, espaço e formas de registros   |
|        | A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades                      |
|        | Lógicas de organização política   |
|        | Trabalho e formas de organização social e cultural                                      |
| 7º ano | O mundo moderno e a conexão entre sociedades africanas, americanas e europeias          |
|        | Humanismos, Renascimentos e o Novo Mundo  |
|        | A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano                       |
|        | Lógicas comerciais e mercantis da modernidade   |
| 8º ano | O mundo contemporâneo: o Antigo Regime em crise   |
|        | Os processos de independência nas Américas  |
|        | O Brasil no século XIX  |
|        | Configurações do mundo no século XIX  |
| 9º ano | O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX |
|        | Totalitarismos e conflitos mundiais   |
|        | Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946             |
|        | A história recente  |

Fonte: Adaptado de Brasil (2018, p. 401).

O que podemos perceber através da análise destes dois quadros? Como o ensino de História se configura no decorrer do Ensino Fundamental? Como a comunidade local e a história do Brasil surgem em meio a estas unidades? Percebemos que, ao longo dos nove anos, o aluno sai de uma escala local para o global. A viagem pela História nesta etapa da educação básica inicia na compreensão do seu próprio “mundo”, através de lembranças particulares e da família, em um resgate da memória individual e coletiva. A partir disso, esse conhecimento toma distância em relação ao sujeito para compreender a comunidade na qual ele está inserido.

Ao tratar dos anos iniciais, a BNCC afirma que o conhecimento histórico se desenvolve na “percepção de si e do outro em meio a vivências cotidianas”. (BRASIL, 2018, p. 403) A valorização do cotidiano e das memórias locais são elementos fundamentais para que, nos anos seguintes, o aluno compreenda a noção de tempo histórico e como sua sociedade é resultado de uma série de processos.

Em relação aos anos finais, a História do Brasil possui destaque, porém, diferentemente do que se praticava nos modelos educacionais anteriores, os estudos não se encontram deslocados em relação à História mundial, estando lado a lado entre o oitavo e nono ano em unidades temáticas semelhantes.



**VÍDEO**

VÍDEO 1      VÍDEO 2

Através dos links a seguir você encontra dois vídeos que sintetizam as disciplinas de Geografia e História na Base Nacional Comum Curricular. Não deixe de conferir.

**Vídeo 1: Geografia:** <http://gg.gg/fr5m5>.

**Vídeo 2: História:** <http://gg.gg/fr5md>.

Até aqui já falamos bastante em relação às mudanças na organização curricular, mas você lembra do exercício de retomada das suas memórias do Ensino Fundamental e Médio, que realizamos no início desta Unidade? Você consegue lembrar como era a disposição das classes na sala de aula?

Pois esse é um fator que, de maneira geral, pouco mudou nos últimos anos: a organização da sala de aula. Repensar os espaços de aprendizagem nas escolas não é algo comum de ser realizado. Mesmo após o fim da ditadura militar, ainda temos um ensino pautado na individualidade. A construção de novos espaços, reconfigurando a maneira como professor e alunos interagem entre si na construção de suas competências é algo cada vez mais em foco. Lembramos aqui que, conforme a BNCC, tanto Geografia como História valorizam o conhecimento sobre o seu lugar no mundo e em relação às outras pessoas e culturas.

Carneiro (2019) destaca que a interação tem um papel fundamental na sala de aula. As dúvidas e problematizações que surgem devem ser respondidas por todos em um processo colaborativo, no qual os alunos testam hipóteses e buscam maneiras de solucionar os questionamentos. Diante de cenários assim, o papel do professor é o de cada vez mais mediar a construção do conhecimento e não “transmitir” conteúdos e ideias prontas. Nesse sentido, como seria uma sala de aula ideal, em relação à disposição dos móveis, dos alunos e do professor, para potencializar um ensino interativo e colaborativo? Ou será que não há um modelo ideal, e o importante é adaptar as dinâmicas e os métodos de ensino às especificidades de cada escola?



### REFLETINDO

Na sua opinião, como será a transição entre estas salas de aulas tradicionais para os modelos que valorizam a interação? As escolas e os professores estão preparados? Como pode ser o processo de ensino e aprendizagem de História e Geografia desta forma?

Acesse o link <http://gg.gg/fr5mx> e veja uma matéria publicada em 2013 imaginando como seria a sala de aula em 2020. O que você pensa sobre este modelo? Estamos perto dessa ideia? Registre suas observações e reflexões.

Ao final desta Unidade, destacamos ainda algumas preocupações que marcam o ensino de História e Geografia. Mais do que apenas disciplinas escolares, tratam-se de saberes que nos dizem quem somos na sociedade e como nos constituímos enquanto integrantes de um grupo ao longo do tempo e em um determinado espaço.

Em relação à História, Cavazzani e Cunha afirmam que “a educação em história também deve estar comprometida com questões relacionadas a defesa da dignidade humana; respeito aos direitos humanos; repúdio à discriminação; equidade”. (2017, p. 73). Castrogiovanni, ao tratar da Geografia, nos remete a ideia de que “o ensino da Geografia deve operar o Espaço Geográfico através de diferentes caminhos, mas sem esquecer do encanto. Assim, (en)caminha para a formação do sujeito cidadão”. (2016)

É inegável a relevância que o estudo da sociedade, do espaço e de suas transformações ao longo do tempo tem para uma compreensão crítica acerca da realidade. Os professores, em todas as etapas da educação, têm papel fundamental para que isso seja possível. A tirinha a seguir nos faz refletir acerca dessa importância.

Figura 2.5 – Charge demonstrando a relevância da educação.



Fonte: tirasarmadinho (2022).

Chegamos ao final desta Unidade, mas nossas discussões e reflexões sobre educação e o ensino de História e Geografia ainda estão longe de acabar. Percebemos o quanto estas matérias, mesmo estando presentes apenas a partir do sexto ano do Ensino Fundamental, estão presentes no cotidiano das crianças desde muito cedo. A construção destes conhecimentos começa ainda nos primeiros anos dos alunos na escola, no contato com colegas que moram em outros bairros e ocupam outros espaços, assim como possuem histórias de vida diferentes das suas.

Não pare por aqui. Retome suas leituras sempre que achar necessário, faça os exercícios propostos e, principalmente, nunca se esqueça de perceber ao seu redor que como a História e a Geografia, o tempo e o espaço se configuram no seu cotidiano.

# Síntese da Unidade

Prezado estudante, ao longo desta unidade buscamos analisar como o ensino das disciplinas de História e Geografia se alterou ao longo do tempo. Também refletimos acerca de suas perspectivas futuras, no sentido de valorizar cada vez mais o trabalho colaborativo dos estudantes e a construção coletiva do conhecimento.

História e Geografia sempre tiveram relevância no âmbito político, justamente pela capacidade de permitir a compreensão da nossa realidade, nossa organização em sociedade e como nos tornamos o grupo social que constituímos. Entretanto, as primeiras aparições destas disciplinas nos currículos escolares se resumiam a descrições e memorizações de datas, nomes e lugares. O processo de transformação desses saberes em um conhecimento mais crítico foi lento, sobretudo considerando o período da ditadura militar no país (1964 - 1985), no qual as Ciências Humanas sofreram repressões e cortes curriculares.

Uma mudança mais significativa começa na segunda metade da década de 1990, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que prevê um ensino consolidado de forma mais democrática, valorizando os saberes construídos em sociedades plurais, bem como as contribuições culturais de grupos que até então tinham pouco destaque na sala de aula.

A partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a educação passa a ter por objetivo a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, estruturada em um ensino por competências. Nesse contexto, as disciplinas de História e Geografia possuem relevância no saber acerca da nossa comunidade, instigando os alunos ao questionamento e à análise crítica da sociedade e do espaço ao seu redor.

# Bibliografia

ARAÚJO, R. L. de. **Ensino de geografia: perspectiva histórico-curricular no Brasil republicano**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012.

BRASIL. Decreto de 2 de dezembro de 1837. **Convertendo o Seminário de S. Joaquim em collegio de instrucção secundaria, com a denominação de Collegio de Pedro II, e outras disposições**. In: Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1837. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861. Disponível em: <http://gg.gg/11iol4>. Acesso em 12 de junho de 2022.

BRASIL. Decreto nº 59.355, de 4 de outubro de 1966. **Institui no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e revoga o Decreto número 58.653-66**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/10/1966, Página 11468. Disponível em: <http://gg.gg/fr5o2>. Acesso em: 30 out. 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1940: População e Habitação**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://gg.gg/fr5nv>. Acesso em: 28 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://gg.gg/fr5nk>. Acesso em: 28 out. 2019.

CARNEIRO, E. L. **Jogos eletrônicos como artefatos para a construção de conceitos científicos em geografia**. Dissertação (mestrado) – Universidade La Salle, Programa de Pós-Graduação em Educação, Canoas, 2019.

CASTROGIOVANNI, A. C. (org). **Ensino de geografia: caminhos e encantos (recurso eletrônico)**. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2016.

CAVAZZANI, A. L.; CUNHA, R. P. da. **Ensino de história: itinerário histórico e orientações práticas**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

FREIRE; P.; SHOR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor (recurso eletrônico)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

SCHUMAHER, S. **Um rio de mulheres**. Rio de Janeiro: Redeh, 2003.